

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO EM MUSEU DE CIÊNCIAS: UM ESTUDO DO PLANO DIRETOR DO JARDIM BOTÂNICO DO RECIFE

Primeira autora - UFPE

Segunda autora- UFPE

RESUMO

Este estudo consiste numa primeira etapa de uma pesquisa de mestrado em andamento, que tematiza a questão da inclusão em museus de ciências. Dessa forma, o presente trabalho buscou identificar dimensões de acessibilidade e inclusão presentes no Plano Diretor do Jardim Botânico do Recife – JBR, tendo como base a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e o Caderno de Política Nacional de Educação Museal (Brasil, 2018). A partir da análise documental foi possível identificar as dimensões correspondentes ao desenho universal, acessibilidade arquitetônica, comunicacional, de formação e conscientização de visitantes e mediadores do JBR. Por outro lado, os resultados preliminares revelaram que a concepção de acessibilidade plena e universal são contempladas de modo parcial.

Palavras-chave: acessibilidade; educação museal; inclusão

INTRODUÇÃO

No Brasil, a inclusão de pessoas com deficiência é norteada como direito através de leis que tratam do tema, sendo reafirmada mais recentemente por meio do Estatuto da pessoa com deficiência, promulgado na forma da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. De acordo com o Art. 27 (Ibidem), a educação é considerada um direito, que deve ser assegurado através de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida.

Desta forma, o presente trabalho buscou caracterizar as dimensões de acessibilidade e inclusão presentes no Plano Diretor do Jardim Botânico do Recife – JBR, ao considerá-lo um importante instrumento de gestão para os museus. Nessa perspectiva, segundo a Política Nacional de Educação Museal (Brasil, 2018), os museus devem buscar a “acessibilidade plena”, ou seja, superar as diversas barreiras que dificultam ou impedem o acesso das pessoas a essas instituições culturais. É imprescindível que a organização desses espaços atenda às necessidades de todos os seus usuários, que sejam pensados e desenvolvidos projetos que garantam o respeito e a fruição para todos e todas (Schuindt e Silveira, 2020).

Nessa direção por meio deste estudo buscamos identificar aspectos em que a inclusão e acessibilidade são conceitos indissociáveis e não se restringem as pessoas com deficiência, pois consideramos que a acessibilidade sozinha, não garante a inclusão, e nossa perspectiva teórica

tem como base a perspectiva do Desenho Universal, esses conceitos serão explicitados com base teórica na sessão a seguir.

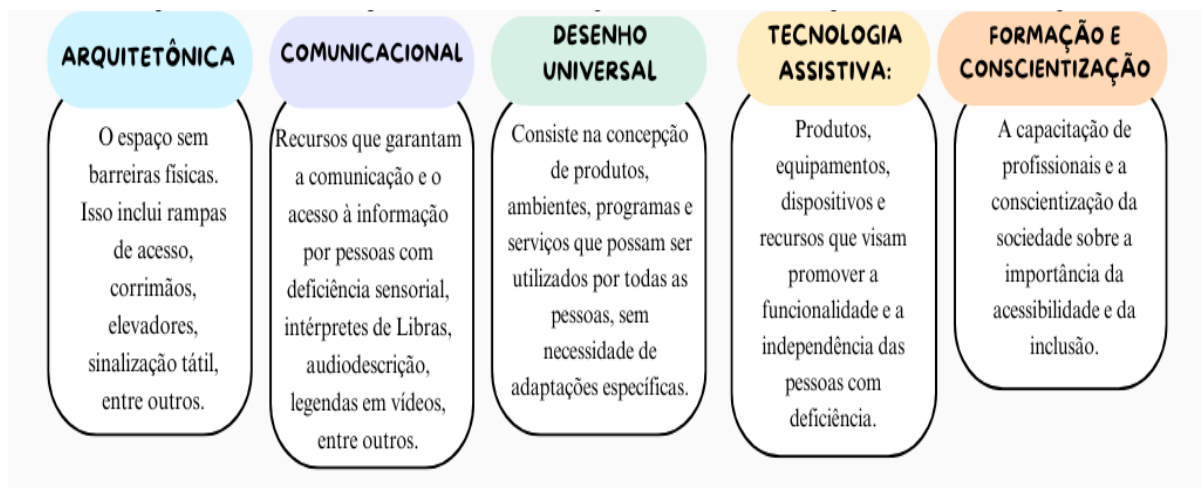
METODOLOGIA

Na primeira etapa desse trabalho tivemos como base a leitura analítica do Plano diretor do Jardim Botânico do Recife - JBR, que se constitui em uma fonte de dados, visando ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa (Gil, 2002). Para tanto, buscamos identificar no documento fragmentos que estejam em consonância com Lei nº 13. 16/2015 e com a Política Nacional de Educação Museal.

Nesse contexto, conforme Lima, Alonso e Ritter (2021), aplicamos a Análise de Conteúdo – AC, para análise de dados e tratamento de resultados. Essa metodologia de análise tem sua origem no final do século XX e ascendeu para diferentes áreas quando cientistas começaram a se interessar pela sua aplicação.

Nessa perspectiva, a pesquisa teve como base a abordagem qualitativa, conforme aponta Gil (2002, p. 133) “depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação”. Para caracterizar os dados coletados, elencamos alguns conceitos que abordam a acessibilidade visando a garantia de uma acessibilidade plena (figura 1).

Figura 1: Dimensões de acessibilidade



Fonte: Lei nº 13.148/2015 adaptado pelas autoras

Nesse sentido, destacamos as dimensões de acessibilidade que nortearam nossa análise, pautada na Lei nº 13. 16/2015 e a Política Nacional de Educação Museal. No entanto, importante destacar que as dimensões destacadas não são as únicas que garantam a inclusão, pois existem outras barreiras que devem ser identificadas e analisadas, como a dimensão atitudinal afetiva, entre outras. No entanto, elencamos esses conceitos visando uma análise documental e entendemos que a priori essas dimensões nos dão aporte teórico. Como destacam Schuindt e Silveira (2020), a inclusão nestes espaços só consegue atingir seu objetivo se a acessibilidade possibilitar e favorecer a autonomia do(a) visitante.

Nessa perspectiva, compreendemos que não é possível incluir, em espaços museais, sem que exista espaços acessíveis, para todos os tipos de público, pois a autonomia do sujeito deve ser uma premissa fundamental para que a inclusão aconteça.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei Brasileira de Inclusão nº 13. 16/2015, tem como objetivo garantir e promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência, abrangendo diversos aspectos da vida em sociedade, incluindo o acesso a espaços públicos, como parques e jardins botânicos.

Nesse sentido, partir da leitura analítica do Plano Diretor do JBR, identificamos a dimensão de acessibilidade arquitetônica na sessão “Área construída”, onde há a descrição de uma trilha especial voltada para o público cadeirante. Nesse sentido, ao proporcionar trilhas acessíveis e sinalizadas, o Jardim Botânico do Recife contribui para a promoção da inclusão e da igualdade de oportunidades, permitindo que pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, possam desfrutar do espaço natural de forma autônoma e independente.

O documento do Plano Diretor, aborda de forma detalhada a acessibilidade comunicacional quando descreve o Jardim sensorial que pode ser encontrada na sessão “Jardins” e na sessão de “Objetivos” apresenta perspectivas do desenho universal, bem como a dimensão de formação e conscientização.

É importante destacar que o plano diretor do JBR, é um documento que foi elaborado entre os anos de 2012 e 2013, portando faz referência a pessoa com deficiência através do termo “portador de necessidades especiais”, bem como utiliza ao termo “cadeirante” e “deficiente visual”. No entanto, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, os termos atuais são, “pessoa com deficiência”, “pessoa com deficiência física” e “pessoa cega ou pessoas com deficiência visual”, respectivamente.

O objetivo principal identificado no documento analisado visa “despertar o público visitante para a criação de uma cultura/consciência de conservação da diversidade biológica, mostrando como é fundamental, em termos éticos, para a melhoria da qualidade de vida”. Assim, podemos considerar a importância de caracterizar as dimensões de acessibilidade no Plano Diretor do JBR, tendo como pressuposto que o espaço recebe visitantes espontâneos e de escolas, que apresentam características diversas e para que esse objetivo seja atingido, é imprescindível que ações inclusivas façam parte do seu planejamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, foi possível verificar a inserção da temática de acessibilidade e inclusão no plano museológico do JBR, com base na Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 e a Política Nacional de Educação Museal. Assim, identificamos no documento que a acessibilidade e inclusão são abordadas, contemplando as dimensões arquitetônica, comunicacional, desenho universal e formação/conscientização dos (as) profissionais do Jardim Botânico do Recife.

Com essa análise, não localizamos no Plano a dimensão de tecnologia assistiva. Sabemos que as tecnologias assistivas oferecem recursos e dispositivos que permitem às pessoas com deficiência realizar tarefas diárias, participar de atividades e interagir com o ambiente de forma autônoma (Brasil, 2015). Corroborando com Schuindt e Silveira (2019) tal preposição explicita a importância de se ampliar os Museus de Ciências Acessíveis, pois é imprescindível que todos os públicos sejam amplamente incluídos nesses espaços e que possam usufruir todas as suas funcionalidades de maneira autônoma.

De acordo com Brasil (2016), a importância do Plano Museológico está associada às mudanças em diretrizes da política museal e devem explicitar em seus programas ações relativas à acessibilidade de todas as pessoas nos museus.

Marandino (2015) enfatiza a importância de criar estratégias educativas que atendam às necessidades específicas de cada público, contribuindo para uma experiência enriquecedora e inclusiva nos museus de ciências.

Finalmente, este estudo permitiu observar um compromisso do Jardim Botânico do Recife, no que se refere a acessibilidade e a inclusão, por meio da identificação desses conceitos em diferentes seções do documento, demonstrando que tornar o espaço acessível a todos os públicos está na pauta de importância da instituição, no sentido de promover a participação ativa de pessoas com deficiência em atividades educativas e de lazer relacionadas à conservação ambiental. No entanto, não se pode afirmar que o Plano Diretor do JBR contempla a acessibilidade plena, podemos considerar que essa dimensão é contemplada de modo parcial. Assim, os dados aqui reunidos irão balizar o desenvolvimento da pesquisa de campo a fim de verificar como a acessibilidade e inclusão se revelam nos espaços expositivos do JBR.

REFERÊNCIAS

BRASIL . Lei nº 13. 16, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 20 de mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Ministério da Cultura: Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2022.

GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ICOM. International Council of Museums. 2022 - **YEARS OF DEFINING THE MUSEUM**. Disponível em: <https://icom.museum/en/>. Acesso em: 07 de março. 2022.

LIMA, F.; ALONSO, M.; RITTER, O. **A análise de conteúdo como metodologia nos periódicos Qualis-CAPES A1 no Ensino de Ciências**. V. 10, N 3,. Journals in Science Education. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13378>. Acesso em: 06 de abril. 2023

MARANDINO, M. **Educação em museus: mediação em foco. Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Não-formal e Divulgação em Ciência**. São Paulo, SP, 2008. Disponível em: <http://www.geenf.fe.usp.br/v2/wpcontent/uploads/2012/10/MediacaoemFoco.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2022.

SCHUINDT, C.C. SILVEIRA, C. **A educação inclusiva em espaços não formais: Uma análise dos museus de ciências brasileiros**. Educação em Revista. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/jLkrTk3JFkJvwDR9Md9z3TP/?lang=pt>. Acesso em: 6 de maio. 2022.